



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638754 - SP (2021/0002226-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : LUCIENE DE AQUINO E OUTRO
ADVOGADOS : ARY BICUDO DE PAULA JUNIOR - SP051619
LUCIENE DE AQUINO - SP082638
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VINICIUS MONTEIRO JUNQUEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VINICIUS MONTEIRO JUNQUEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500247-95.2020.8.26.0618).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão em regime fechado, como incurso no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, montante este reduzido em sede de apelação.

Alega que, por se tratar o paciente de indivíduo primário e de bons antecedentes e não pertencer a crime organizado, faria jus à aplicação da benesse do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Requer liminarmente a aplicação do redutor do tráfico privilegiado, justificando para tanto que o *parquet* estadual assim manifestou-se sobre a questão (fl. 17):

Diante disso e, considerando que a “natureza e quantidade de drogas” foi a única razão valorada negativamente pela Magistrada sentenciante, temos que, uma vez acrescida a pena-base, não se pode obstar a incidência do privilégio, o qual, no entanto, deve se dar na fração mínima, isto é, 1/6 (um sexto).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente